

Solidária é o "*conjunto do setor econômico controlado e gerido coletivamente pelos trabalhadores*" (ARRUDA, 1998, p. 7), cujo objetivo é a "*busca do bem estar e do progresso de cada uma e de todas as suas partes*" (Idem, 1998, p. 6).

Na concepção de Arruda, a Sócio-economia Solidária constitui-se um projeto amplo, que abrange "*o local, o nacional e o global (...) [não só na esfera sócio-econômica, mas também] da política e da cultura*" (Idem, 1998, p. 8). Trata-se de uma "*visão de como a sociedade humana – nacional e global – e o poder político podem ser reorganizados de um modo justo, participativo e sustentável*" (Idem, 1998, p. 6).

Portanto, um projeto não restrito a uma alternativa isolada ao desemprego, mas aberto e voltado a atuar "*em todas as frentes para pressionar os poderes em favor da transformação das instituições e relações sociais, a nível local, nacional e global*" e ao mesmo tempo, "*ocupar todos os espaços e brechas do sistema do capital, da esfera local até global, construindo o novo a partir e de dentro do velho*" (Idem, 1998, p. 6).⁴⁹

2. Qual é o objetivo da e/ou com a economia solidária?

O objetivo deste novo setor da economia, segundo Paul Singer, é "*resolver o problema do desemprego*". É "*a criação de novas formas de organização da produção com lógica 'includora', ou seja, capacitada e interessada em acolher sem limites novos cooperados, e que ofereça a estes uma chance real de trabalhar com autonomia e de ganhar um rendimento suficiente para ter um padrão de vida digno*" (SINGER, 1999, p. 122).

Coraggio, ainda que muito próximo de Singer, amplia esta concepção. Para ele, o objetivo da Economia Popular é "*conseguir a solidariedade orgânica entre [seus] elementos, em que o desenvolvimento de uns contribua para o de outros*" (CORAGGIO, 1996, p. 186). O ponto de referência deste autor é o desenvolvimento humano, que, conforme ele mesmo se refere, não se limita ao econômico. É preciso, sim, articular economia e cultura, dado que "*o desenvolvimento requer, mas não pode se limitar a cobrir o acesso aos meios de vida de primeira necessidade*", e nem tampouco "*poderá ser obtido com intervenções puramente ideológicas para inculcar novos valores*" (Idem, 1997, p.38).

⁴⁹ Ver Paul Singer, "Por uma utopia militante: repensando o socialismo. Petrópolis: Vozes, 1998 (Coleção Zero à Esquerda).

Nesse sentido, Coraggio defende que os técnicos e outros profissionais que dela participam devem incorporar-se organicamente *"a um projeto de transformação"* da macroestrutura, fortalecendo, assim, *"a possibilidade de uma alternativa efetiva não apenas ao desemprego e à precarização do trabalho, mas também ao projeto hegemônico do capital global"* (Idem, 1997, p.38)⁵¹.

Luis Inácio Gaiger também descarta qualquer possibilidade de a Economia Solidária tornar-se uma ameaça ou mesmo uma força capaz de substituir o modo de produção capitalista (GAIGER, 1996, p. 117). Contudo, semelhante aos demais autores, conclui que mesmo estando *"integrada na economia de mercado, [a Economia Solidária] contrapõe-se à lógica mercantilista"* (GAIGER et al., 1999, p. 10). Isto se deve ao fato de que a *"Economia Popular Solidária"*, ou *"Economia Alternativa"*, *"orienta-se por valores não-mercantis, como a solidariedade, a autonomia, a igualdade e a democracia"* (Idem, p. 13). E mais, por se tratar de uma economia *"fundada na cooperação entre produtores e consumidores e buscando a satisfação máxima (com vistas ao desenvolvimento humano) ao menor custo (para os produtores e para a sociedade),..."* (Idem, ibidem). Desta forma, conclui que os empreendimentos de Economia Solidária fogem à lógica da economia de mercado ao suprimirem *"a separação entre produtores e trabalhadores,(...) responsável pelo caráter alienante e descartável do trabalho"*; [ao criarem] *"um novo patamar de satisfação, [que]*

⁵¹ Segundo Coraggio, para que a economia popular se firme enquanto subsistema econômico, é preciso:

1. (...) investir recursos importantes do desenvolvimento, consolidação e alimentação de redes que articulem, comuniquem e dinamizem a multiplicidade de empreendimentos e micro redes populares.
 - 1.1 (...) canalizar recursos de pesquisa e assessoria técnica das universidades para conformação de centros tecnológicos que alimentem e estimulem estas redes de maneira permanente, (...)
2. (...) empreender também uma profunda transformação cultural dos valores sobre o bem estar, a justiça, o trabalho, a democracia e os limites da legitimidade do exercício do poder", "para que estas novas estruturas jurídicas e econômicas não sejam instrumentalizadas pela lógica do capital e do poder político a ele associado.
3. (...) reformas estruturais no sistema fiscal na direção de taxaço regressiva e o controle participativo dos recursos públicos, hoje vulneráveis aos arranjos entre as cúpulas políticas e corporativas.
4. (...) desarmar as estruturas de poder coercitivo (incluindo-se a força crescente das máfias) que coagem não apenas a livre expressão, mas a livre atividade econômica das maiorias.
5. (...) mudança na cultura política, rechaço ético ao clientelismo e à corrupção,(...);
6. (...) acesso aos meios de comunicação de massas para gerar e propor outros valores de estilos de vida para a população,(...);
7. (...) a organização e o exercício de um poder econômico popular no mercado, que respalde a competitividade da produção popular".
 - 7.1 (...) mecanismos de controle de qualidade desta produção, descendo os melhores valores do artesanato (...)" (CORAGGIO, 1997, pp. 37-38).

Para o autor, a Economia Popular, ainda que distinta da economia pública-estatal e da privada, deveria ser formada *"a partir do estado e das organizações da sociedade"*, com os recursos financeiros recolhidos, via fiscal - de *"uma parte das rendas apropriadas pelas minorias associadas ao capital..."* (Idem, p.33).

solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas" (RAZETO, 1993, p. 40).

José Luis Coraggio, por sua vez, diz ser todos os agentes - individuais ou coletivos - que resguardem em sua estrutura organizativa elementos da economia doméstica (CORAGGIO, 1996; 1997).

Marcos Arruda, ainda que não trate especificamente desta questão, fala em cooperativas autogestionárias de Sócio-economia Solidária. Para o autor, as cooperativas autogestionárias não se constituem organizações econômica empresariais apenas, mas organizações sócio-econômicas.

4. Quais as estratégias da economia solidária em nível micro e macro para viabilizar seus objetivos?

A sugestão de Singer para concretizar esse novo setor econômico - Economia Solidária - é a criação de *"uma cooperativa de produção e de consumo"* formada, como já mencionado, por trabalhadores autônomos e micro e pequenas empresas, inclusive aquelas com assalariados (SINGER, 1999, p. 122). A esta cooperativa, Singer denomina de *"cooperativa de economia solidária"* (Idem, 1999, p.123), e cita como exemplo os kibutz, em Israel, e o LETS, no Canadá⁵². O papel desta cooperativa é funcionar como *"uma grande franqueadora múltipla, atuando em qualquer setor, mas que será possuída e comandada pelos próprios franqueados"*. E para que esta cooperativa de produção e consumo se viabilize é fundamental investimentos em *"crédito solidário"*, *"formação profissional"* e *"aperfeiçoamento técnico continuado, além de serviços comunitários, como instâncias de*

⁵² O LETS (Local Employment and Trading System = Sistema Local de Emprego e Comércio) foi criado no início da década de 80 em British Columbia - Canadá, por Michael Linton. Em 1993, já existiam LETS em vários países: "120 na Grã-Bretanha; 160 na Austrália; 60 na Nova Zelândia; 20 no Canadá; 20 na Irlanda e 10 nos Estados Unidos".

O LETS é uma associação de produtores autônomos, pequenas empresas, cooperativas e outras formas de organização produtiva, com a finalidade de intercambiar bens e serviços. *"Todas as compras e vendas entre os associados são a crédito, sendo as contas registradas num microcomputador. Cada transação dá lugar a um crédito na conta do vendedor e um débito para o comprador. Na medida em que os associados intensificam o seu intercâmbio, novos débitos e créditos se somam aos anteriores e ao mesmo tempo se compensam. Um membro que vendeu a outros, digamos num mês, tanto quanto adquiriu dos mesmos ou de outros termina com saldo zero. O importante é que produziu e consumiu sem precisar fazer pagamentos em dinheiro oficial"* (SINGER, 1999, p. 132).

Nos LETS a moeda é escritural, mas há outras experiências que emitem moeda papel, como aconteceu em Ithaca, estado de Nova York, cujo nome é "Horn" (Idem, p 134).

nacional e global que seja ao mesmo tempo sócio-econômico, político e cultural (nível macro)" (ARRUDA, 1998, p. 6).

Arruda, contudo, não detalha esse projeto. Apenas destaca a importância da educação, da comunicação e da informação no processo, dado que é comum às iniciativas sócio-econômicas desviarem-se dos seus objetivos e moldarem-se ao sistema econômico vigente (Idem, 1998, p. 6). Afirma também que se trata de desenvolver *"uma compreensão sistêmica, holística e dialética da realidade e dos potenciais de um projeto de sócio-economia baseado nos valores como a cooperação, a complementaridade, a partilha, o auto-desenvolvimento individual e coletivo, e a solidariedade"* (Idem, 1998, p. 7).

Em nível meso e macro, a estratégia da Sócio-economia Solidária é *"contribuir para a construção de relações sempre mais freqüentes e diversificadas entre cooperativas, buscando construir um movimento cooperativo popular sempre mais extenso, forte e qualitativamente eficiente, visando à edificação de uma eco-sociedade cooperativa em nível municipal, estadual, nacional e global, centrada em projetos de auto-desenvolvimento em nível pessoal e coletivo"* (ARRUDA, 1996, p.25, citando NUÑEZ, 1996).

Feitas essas anotações, um novo bloco de discussão emerge. Questões cujas respostas buscam dar conta da identidade e do processo de construção dos empreendimentos identificados como sendo de Economia Solidária.

2º bloco: 5. O que são empreendimentos econômicos solidários?

6. Quem são os empreendedores econômicos solidários?

7. Por que o adjetivo popular?

8. Por que o adjetivo solidário? A solidariedade é uma estratégia ou um objetivo, um meio ou um fim?

9. Como desenvolver comportamentos sociais, políticos e econômicos calcados numa cultura solidária?

5. O que são empreendimentos econômicos solidários?

A exemplo de outras questões, não fixa-se uma resposta definitiva, pois se trata de uma discussão não concluída.

Razeto afirma serem organizações econômicas *"que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades*

Sul⁵⁴ e os Projetos Alternativos Comunitários (PACs) da Cáritas Brasileira, escreve que os empreendimentos econômicos solidários são formados por *"aquelas iniciativas que logram algum nível de acumulação e crescimento, que alcançam certa estabilidade e viabilidade, por meio da planificação de seus investimentos, e que requerem, para isso, a introdução de uma nova racionalidade econômica, calcada no trabalho cooperativo"* (GAIGER et al., 1999, p. 25).

Afirma que o que caracteriza os empreendimentos econômicos de solidariedade é a combinação do *"espírito empresarial"* com o *"espírito solidário"*. Enquanto no primeiro concorrem os elementos necessários à sustentabilidade dos empreendimentos - *"qualificação técnica, produtividade, gerenciamento, planejamento, conquista de mercados, ampliação do capital, capacitação, etc -*, no espírito solidário está a *"propriedade comum, a cooperação, a democracia e a autogestão [grifo nosso]"* (Idem, ibidem)⁵⁵.

Essa dupla caracterização, no entendimento do autor, confere aos empreendimentos econômicos solidários uma identidade singular, tanto em relação à *"racionalidade capitalista - que não é solidária nem inclusiva -* quanto em relação à *"solidariedade comunitária - à qual faltam os instrumentos adequados ao desempenho econômico na sociedade contemporânea"* (Idem, ibidem).

Paul Singer, teorizando mais no nível macro, não explicita muito bem seu entendimento acerca do que caracteriza um empreendimento econômico solidário, mas deixa subentender que são todos os empreendimentos econômicos - individuais ou coletivos - que passem a integrar uma rede de produção, circulação e consumo própria e, portanto, distinta daquela formada pelo ciclo econômico da economia de mercado. Desta forma, Singer faz supor que o fator que caracteriza um determinado empreendimento como empreendimento econômico solidário é meramente estratégico, isto é, estar inserido numa rede de Economia Solidária e não por estruturar-se dentro de uma lógica distinta da lógica capitalista.

Portanto, resguardada esta ou aquela particularidade, é possível verificar que entre os autores estudados, com exceção de Singer, há uma aproximação muito grande no sentido de conceber os empreendimentos econômicos solidários como organizações sócio-econômicas - coletivas - de produção, trabalho e serviços, constituídas por trabalhadores do campo ou da

⁵⁴ Refere-se a um estudo feito por Luiz Inácio Germany Gaiger, Marinês Besson, Fernando Maccari Lara e Ivan Sommer, publicado no Cadernos CEDOPE, Ano 10, Nº 15, 1999.

⁵⁵ Gaiger escreve que *"a racionalização do trabalho e da produção aparece hoje como um passo incontornável, o que obriga a repensar certos conceitos veiculados entre os promotores desses programas em relação à primazia do comunitário e da participação igualitária"* (GAIGER, 1996, p. 118).

8. Por que o adjetivo solidário? A solidariedade é uma estratégia ou um objetivo, um meio ou um fim?

A solidariedade (do latim "solidus", que quer dizer "o sólido, o compacto, o unido, o consistente") é um termo de origem jurídica que significa inter-relação ou interdependência (ABBAGNAMO, 1998). Do ponto de vista ético, exprime o dever moral de assistência recíproca entre os membros de um mesmo grupo, de uma mesma sociedade (SANTOS, 1963). Numa leitura mais próxima da versão popular ou do senso comum, cita-se o que descreve o Dicionário Aurélio: solidariedade diz respeito aos laços ou vínculos *entre pessoas ou coisas independentes* ou mesmo entre os indivíduos de um mesmo grupo social; a *adesão ou apoio à causa* de outrem; ou a *relação de responsabilidade entre pessoas unidas por interesses comuns, de maneira que cada elemento do grupo se sinta na obrigação moral de apoiar o(s) outro(s): solidariedade de classe*. SCHLESINGER & PORTO (1995) dizem que ela "*inspira a busca de instituição e meios adequados para a permuta dos bens da vida, orientando-se por uma larga visão do desenvolvimento e do bem comum*".

No contexto econômico, portanto, a solidariedade pode ser concebida como adesão ou apoio a causas sociais, isto é, distribuir parte do que sobra após o processo econômico-produtivo concluir seu ciclo ou mesmo como estratégia de viabilidade econômica de um determinado setor ou segmento dentro da economia de mercado. Esta é a concepção de solidariedade trabalhada por Paul Singer. A diferença é que no lugar das grandes companhias, o autor cita os empreendimentos de pequeno porte: produtores autônomos e pequenas empresas. Desta forma, em vez de excludente, a solidariedade apregoada por Singer é *includente*. Significa assegurar a todos as condições necessárias para a viabilidade econômica, seja através do crédito⁵⁶, seja através da assessoria gerencial, da partilha de tecnologias de produção, da comercialização etc.

Em Razeto, Coraggio e Arruda, a solidariedade é abordada de forma mais ampla. No primeiro, é concebida na perspectiva de uma nova ética de produção, comercialização e consumo. No segundo, na perspectiva do desenvolvimento humano, e em Arruda, do desenvolvimento comunitário.

⁵⁶ No crédito solidário, inexistem as garantias habituais exigidas pelo mercado financeiro. Essas garantias são oferecidas pelos grupos que se organizam e "se responsabilizam solidariamente pelo pagamento de juros e principal dos créditos concedidos a seus membros". Nesse sentido, o apoio dos setores público é imprescindível (SINGER, 1999, P. 123-124).

Gaiger, por sua vez, ao apresentar os dois pólos que constituem os empreendimentos econômicos solidários, escreve que o "*espírito solidário*" caracteriza-se pela "*propriedade comum*", pela "*democracia*", pela "*autogestão*" e pela "*cooperação*" (GAIGER, et al., 1999, p.25). Ainda que não precise o porquê do uso da expressão "*espírito*", tanto para o pólo solidário quanto para o empresarial, essa caracterização evidencia-se nos objetivos organizacionais destes empreendimentos, conforme descreve o autor em trabalho anterior: "*soma dos recursos individuais...; qualificação e divisão técnica do trabalho...; democratização dos conhecimentos e das decisões [que] estimula a criatividade, reforça o empenho de cada um e resulta em melhor integração funcional; convivência e a participação [que] produzem benefícios não monetários, mas com efeitos importantes sobre o bem-estar e a produtividade do trabalho*" (GAIGER, 1996, p. 115).

Segundo Gaiger, é a divisão técnica do trabalho que assegura a compatibilização entre "*os critérios de eficiência e competitividade*" e o "*princípio de participação ou o caráter educativo dos projetos*" de economia solidária. Para tanto, escreve que é preciso ter presente a diferença entre a divisão técnica e a divisão social do trabalho. Resolver essa questão não é tarefa fácil. É importante que seja dado "*crédito à engenhosidade com que os setores populares podem assumir as vantagens da primeira sem reproduzir o verticalismo inerente à segunda*" (Idem, 1996, p. 118).

Ainda em relação à compatibilização do princípio da participação e a eficiência e competitividade do empreendimento, Gaiger afirma que o "*conceito moderno de associação econômica introduz alterações de forma e conteúdo*" que podem "*conferir flexibilidade e estabilidade às formas coletivas de trabalho sem negar com isso os fundamentos do agir comunitário,...*" É preciso, porém, "*que se entenda esse princípio com as nuances que os tempos atuais exigem*" (Idem, 1996, p. 120). Isso significa que, em muitos casos, "*o caráter coletivo deve restringir-se ao gerenciamento ou a alguma instância particular, de modo que a cooperação não se realize em prejuízo da eficiência econômica*" (Idem, ibidem, 1996, p. 120).

Sobre a cooperação, o autor escreve que esta é fundamental na produtividade do trabalho, pois serve de "alavanca" para que os empreendimentos de pequeno porte produzam melhores resultados do que aqueles resultantes de iniciativas individuais e/ou do trabalho assalariado (Idem, 1999, p.26). Gaiger, não trata, porém, se esta cooperação se restringe ao grupo ou se é aberta a todos os trabalhadores, mesmo os mais distantes.

Marcos Arruda, ainda que também de forma esparsa, apresenta um pouco mais de elementos que ajudam na tarefa de entender essa solidariedade econômica. Neste autor, um

solidariedade são concebidas como um caminho capaz de apontar novos horizontes para essas pessoas. No entanto, considerando que se tratam de organizações sócio-econômicas e não apenas empreendimentos empresariais, exigem muito mais que a simples capacitação profissional dos trabalhadores, habilitando-os para a produção e para as atribuições administrativas e comerciais. O grande desafio está em superar a cultura predominante de que falamos acima, como nos confirma Sônia Kruppa.

Construir uma cooperativa significa imergir no caldo social dos grupos com quem trabalhamos, permeados pelos valores da competição, do ter ao invés do ser, da desigualdade e do autoritarismo, para fazer emergir uma nova forma de organização social, baseada na solidariedade, no respeito às diferenças de cada um, na sua igualdade como sujeitos sociais de direitos na democracia, na possibilidade de crescimento intelectual e afetivo de cada um de todos enquanto um grupo constituído.

As relações humanas, que devem ser constantemente embebidas desses valores, são a matéria-prima e, ao mesmo tempo, o objetivo primordial dessa formação (KRUPPA, 1999, p. 4-5).

Portanto, potencializar as organizações econômicas é um desafio que vai além da concessão de créditos e da capacitação para a produção e o gerenciamento de um empreendimento solidário inserido numa economia de mercado que, por natureza, imprime permanentemente a competitividade e a exclusão. Este desafio está na própria estrutura da grande maioria destes empreendimentos, que além de serem associativos - requerendo abertura e sensibilidade ao trabalho coletivo e autogestionário - são formados por pessoas empobrecidas e em situação de exclusão, com pouca ou nenhuma escolaridade, fragilizadas em relação à satisfação das necessidades básicas de sobrevivência e com estreita ou nenhuma relação com o mercado. Assim, é imprescindível que se desenvolva junto aos novos empreendedores a capacidade de percepção e a convicção da importância da auto-formação permanente. E não só. É fundamental também assessorá-los para que estruturem o funcionamento do empreendimento dentro de uma dinâmica que favoreça o desencadeamento desse processo de auto-educação individual e coletivo. Um processo educativo em que os desafios, erros e acertos sejam assumidos por cada um e por todos como fonte de novos aprendizados e de novos comportamentos pessoais e sociais, compatíveis com o modelo organizacional solidário, não só em relação aos companheiros do grupo, mas também em relação à família e a todas as demais interações sociais. Neste sentido, os trabalhadores e trabalhadoras organizados solidariamente poderão avançar na busca de superação não só da cultura do mando e da obediência, mas também do sentimento de impotência e pequenez. Fatores que, além de se apresentarem limites para o sucesso dos empreendimentos de Economia Solidária, constituem empecilhos para a realização humana e profissional de cada

(...) uma profunda transformação de valores em nível pessoal e comunitário, dando lugar gradualmente a uma massa crítica de nova cultura. [Uma] cultura em que a hierarquia do trabalho é superada na prática e o trabalho livre vai-se tornando pouco a pouco a regra. Através dela os trabalhadores-cidadãos também ampliam e aprofundam suas competências técnicas, comerciais e administrativas e, ao mesmo tempo, sua visão estratégica, sua capacidade de negociação e de ação política e cidadã, e sua mística cooperativa e solidária (1998, p. 26).

Nesta perspectiva, inúmeras metodologias de incubagem e de capacitação profissional e formação de empreendedores individuais e/ou coletivos vêm sendo desenvolvidas e aplicadas pelos programas de fomento e apoio, tanto governamentais quanto de organizações da sociedade civil. São metodologias adaptadas e/ou desenvolvidas não só para atender às demandas e limites da população de baixa renda, mas também à discussão teórico-metodológica da Economia Solidária.

Sônia Kruppa, da Incubadora de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo, escreve que tanto os cursos de cooperativismo como os processos de incubagem são organizados de modo a assegurar no próprio processo de formação/capacitação a vivência dos valores inerentes à Economia de Solidariedade que se quer desenvolver. Desta forma, segundo a autora, tanto a *"forma como o conteúdo do curso"* são *"feitos, sempre que possível, pela equipe da Incubadora, em conjunto com o grupo a ser incubado"*. *"Nosso desafio [escreve] é fazer do curso uma vivência cooperativa, onde a responsabilidade das ações seja, necessariamente, de todos"* (KRUPPA, 1999, p. 5). Assim, parafraseando a autora, desde o cafezinho até as formas de comunicação, o local, o horário, a duração e o número de aulas e até mesmo os conteúdos, tudo é discutido e definido com o grupo.

Da mesma forma acontece com o desenvolvimento do conhecimento. Segunda KRUPPA, este é concebido de forma circular, de modo que os conteúdos vão se ampliando a cada encontro, envolvendo todos os aspectos de um empreendimento: os aspectos legais, gestão, planejamento, relações grupais etc.

Essa mesma concepção metodológica se repete no processo de incubagem, concebida como *"o complemento, a consolidação e o fortalecimento da forma cooperativa de organizar a atividade econômica e a vida dos grupos, proposta nos cursos de formação inicial"* (Idem, p. 6).

Uma vez concluída a formação, passa-se à fase de implantação do Laboratório Organizacional de Terreno. Os Auxiliares de Projetos de Investimento percorrem a localidade onde será desenvolvido o projeto para mapear as oportunidades de negócios e divulgar o programa, convocando a comunidade para participar do Laboratório de Terreno. Neste, a partir das aptidões e demandas da comunidade, são identificados os cursos a serem desenvolvidos. Nos cursos, além do aprendizado profissional, os integrantes são estimulados e assessorados a criar uma empresa associativa fictícia, para que aprendam na prática os procedimentos básicos em administração e comercialização. Como a essência da metodologia é a organização associativa autogestionária, nos Laboratórios Organizacionais de Terreno trabalha-se intensamente a mudança de comportamento (SILVERIA, MELLO e GOMES, 1997, p. 53)⁶¹.

Por último, os Laboratórios Organizacionais de Empresa, cujo objetivo é elevar o nível de organização e viabilidade dos empreendimentos associativos já existentes.

Em todas as etapas da metodologia, tudo é discutido com os participantes, exercitando-se o respeito pelo diferente, a capacidade de discussão em grupo e a adesão pelas decisões da maioria, elementos imprescindíveis do trabalho coletivo e autogestionário.

Quanto aos Laboratórios Organizacionais de Centro, destinam-se à formação dos peritos em Capacitação Massiva. Os peritos são os técnicos responsáveis em dirigir todas as etapas da metodologia.

Como se constata, essa metodologia volta-se mais para a capacitação de empreendedores coletivos, cooperativas e/ou empresas associativas, com enfoque na organização popular e comunitária. Este elemento - organização popular - sugere que ao associar a dimensão econômico-empresarial à dimensão organizativa, essa metodologia atribui ao desenvolvimento da identidade de classe a condição de ferramenta do processo de enfrentamento dos limites de um micro-empresendimentos dentro do modo de produção capitalista. Neste sentido, ela resgata a discussão teórico-metodológica da Educação Popular sobre a qual pautavam-se os Projetos Comunitários de Geração de Renda.

Outra metodologia muito usada é Metodologia CEFÉ (Criação de Empresas, Formação de Empresários), desenvolvida pelos técnicos da GTZ (Sociedade Alemã de Cooperação Técnica) e que vem sendo utilizada nos projetos de criação de pequenos empreendimentos e em programas de desenvolvimento econômico em sessenta e três países,

⁶¹ No caso do Programa de Auto-Emprego, do Governo de São Paulo, os integrantes recebem também capacitação empresarial, seja em cooperativismo, seja em empresa individual e até mesmo como trabalhador autônomo (BARELLI, p. 145; in SIQUEIRA, 1999).

um plano de negócio, abrangendo mercado, produção, custos e financiamento.

Segundo SILVERIA, MELLO E GOMES, o uso da Metodologia CEFE no Brasil junto a grupos de baixa renda e com pouca ou nenhuma escolaridade é considerado um ponto forte da metodologia no país. Contudo, quando os participantes encontram-se em situação de extrema pobreza, a Metodologia, ainda que com adaptações, dificilmente obtém algum êxito, exigindo antes o implemento de "*políticas sociais compensatórias ou de alavancagem,...*" (1997, p. 38). Como bem observam os autores, é importante frisar que os limites de formação-capacitação não estão necessariamente na metodologia. Os limites são colocados pela própria situação de exclusão dessas pessoas que se encontram fora das relações sociais e econômicas mínimas favoráveis a uma relação de produção e consumo.

Uma outra observação é que, mesmo contribuindo para a formação-capacitação de micro-empresendedores das camadas populares, essa metodologia não difere muito daquelas orientadas pela ótica capitalista, em que o objetivo é a capacitação do indivíduo para criar seu empreendimento, de tal forma que possa inserir-se e competir no mercado. É certo que a lógica da produção-comercialização-consumo dominante onde esses empreendimentos solidários irão atuar é a do sistema capitalista. Desta forma, não se pode ignorar a necessidade de apropriação de ferramentas gerenciais e operacionais aptas para viabilizar economicamente um empreendimento solidário. Isso, no entanto, não significa que se perca de vista que a racionalidade econômica do capitalismo é a exclusão e que não é objetivo da Economia Solidária a inclusão dos excluídos. Produzir, comercializar e consumir, sim, mas a partir de uma lógica diferente da lógica capitalista e, acima de tudo, com a perspectiva de um projeto micro e macro de novas relações sociais, econômicas, políticas e culturais.

Uma terceira metodologia que aparece no material analisado é a Metodologia GESPAR (Gestão Participativa para o Desenvolvimento Empresarial). Também sob a ótica do desenvolvimento econômico local e, por isso, muito próxima da Metodologia de Capacitação Massiva – ainda que resguardado diferenças de cunho político-ideológico - a Metodologia GESPAR foi desenvolvida pelo Projeto Banco do Nordeste e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) a partir de um projeto denominado "Programa de Capacitação em Apoio à Implementação de Projetos Associativistas de Produtores Rurais do Nordeste", iniciado em 1993 (Idem, p. 67).

No segundo mês, os agentes institucionais, concluindo seu treinamento, vão a campo verificar as informações sobre a localidade que constam num pré-diagnóstico. Em seguida, trabalham na divulgação e sensibilização junto às organizações da localidade no intuito de agregar o maior número possível de pessoas para participar das oficinas.

As últimas seis semanas destinam-se à realização das oficinas que, incorporando elementos da Metodologia de Capacitação Massiva, são estruturadas de forma que os participantes sejam obrigados a se auto-organizar. O objetivo é permitir o afloramento das aptidões e dificuldades das pessoas da localidade. Aptidões e dificuldades que serão trabalhadas no próprio projeto de desenvolvimento econômico local. Com o estímulo e apoio dos agentes institucionais que, como já observado, exercem o papel de facilitadores, os participantes elaboram perfis de projetos de empreendimentos, associativos ou não, a serem desenvolvidos e/ou já existentes na localidade e com representantes presentes nas oficinas (Idem, pp. 74-75).

Segundo os autores, durante esse período de *"ambiente-oficina, são instalados dois fóruns: I) o Fórum Empresarial, com a participação livre das empresas existentes na área e II) o Fórum Institucional, voltado para a integração das políticas e ações de apoio ao desenvolvimento local"* (Idem, p. 75).

2ª fase: Aplicação da Metodologia Básica. São seis meses de formação empresarial, organizada em oficinas (cinco em média), geralmente uma por mês, e em outros eventos (Idem, p. 75-76).

Participam das oficinas os empreendimentos gerados durante o processo, aqueles já existentes na localidade e que participaram na fase anterior, e todas as demais organizações envolvidas no programa, sendo que o objetivo para estas é o seu desenvolvimento técnico-institucional.

3ª fase: Transferência de Tecnologias Específicas. Nesta fase, o tempo de duração é indeterminado. Nesta fase, são desenvolvidas atividades voltadas *"à sustentabilidade econômica, social e institucional de todo o processo, (...)".* O objetivo é a consolidação de um *"novo espaço institucional, onde os diversos atores sociais conduzam, avaliem e redirecionem as estratégias de desenvolvimento local integrado, ampliando seus horizontes de cooperação e parceria"* (Idem, p. 80).

As atividades correspondem a três núcleos básicos:

- I) *um plano estratégico de desenvolvimento local, envolvendo gestão participativa e busca de integração de programas setoriais;*
- II) *a instrumentalização das organizações econômicas em 'tecnologias específicas' relacionadas a setores-chave, como produção, comercialização, gerenciamento,*

Outra questão que merece destaque é a relação produtor-consumidor. Nenhuma das três metodologias faz qualquer alusão a este aspecto. Trata-se de uma relação que exige não só uma nova estratégia comercial, mas um repensar o próprio mercado. Dado que as estratégias de produção e consumo dominantes no mercado capitalista se pautam na ideologia do consumo (ter para ser), no momento em que se busca uma outra racionalidade econômica, necessariamente tem que se pensar também na construção de um modo de produção centrado em novas bases culturais. A solidariedade é, pois, o elemento que vem sendo apontado como expressão dessa nova cultura. Trata-se, na verdade, de uma nova maneira de pensar e agir, tanto em relação a si mesmo quanto em relação ao outro e em relação à natureza. E o ponto de partida dessas novas relações é a produção e o consumo. Este é o desafio com o qual se deparam as novas metodologias de capacitação de empreendedores individuais e coletivos no contexto da Sócio-economia Solidária.

redação desta conclusão a terminologia usada por Arruda, que é Sócio-economia Solidária⁶³. Esta opção se dá por três razões: a primeira, por entender-se que elementos de solidariedade também existem nos demais subsistemas econômicos e não somente nas organizações econômicas das camadas populares. A segunda razão, por reconhecer-se, a exemplo do que explicita Razeto, que nem todas as iniciativas populares de geração de trabalho e renda são solidárias. Portanto, se de um lado não satisfaz o uso da terminologia Economia Popular, como o faz Coraggio, de outro considera-se também que somente o adjetivo solidário, como o fazem Paul Singer, Luiz Razeto e Luiz Inácio Gaiger, não contempla a complexidade e riqueza da discussão⁶⁴. A terminologia Sócio-economia Solidária evidencia uma concepção

⁶³ Dos autores analisados, Gaiger não se fixa numa única terminologia, ora utilizando a expressão Economia Popular, ora Economia Solidária, ora Economia Popular Solidária.

⁶⁴ Segundo Razeto, a Economia Popular são as iniciativas e experiências produtivas dos setores populares, cujo objetivo é assegurar a satisfação de suas necessidades econômicas básicas. Ainda que diversificada, a Economia Popular pode ser classificada em cinco grupos:

1. *microempresas e pequenas oficinas e negócios de caráter familiar, individual ou de dois ou três sócios;*
2. *organizações econômicas populares, isto é, o caminho que seguem aqueles que se organizam em pequenos grupos para buscar em conjunto e solidariamente a forma de encarar seus problemas econômicos, sociais e culturais mais imediatos";*
3. *iniciativas individuais não estabelecidas e informais, tais como o pequeno comércio ambulante, serviços domésticos...;*
4. *atividades ilegais e com pequenos delitos. (...) delinquência de rua, prostituição, o pequeno ponto de venda de drogas e muitos outros;*
5. *soluções assistenciais e inserção em sistemas de beneficência pública ou privada, que vão desde subsídios oficiais para indigentes até a mendicância de rua, passando pela participação em diferentes sistemas organizados de beneficência e prestação de serviços orientados a setores de extrema pobreza (1993, pp. 73-78).*

Essas iniciativas podem se constituir numa (I) *estratégia de sobrevivência*, quando a atividade é transitória, permitindo apenas satisfazer as necessidades básicas para a sobrevivência; (II) *estratégia de subsistência*, quando a atividade, ainda que permita a satisfação das necessidades básicas, não possibilita a acumulação e crescimento e, por isso, também não se constitui numa opção permanente; (III) "*estratégias de vida*", quando a atividade possibilita determinados aspectos que as pessoas que dela participam identificam como valores (o companheirismo, a autonomia etc.) ou quando esta se constitui como melhor ou mesmo única alternativa de gerar o que necessita para viver (RAZETO, 1993, p. 26-38).

Nos demais autores, a economia popular é concebida dentro do conceito de economia informal.

Para Paul Singer, a economia informal é constituída "*por atividades semilegais, extremamente precárias e que deixam os seus produtores numa penumbra entre a marginalidade social e a superexploração do trabalho familiar a domicílio*" (SINGER, 1997, p. 9). Segundo este autor, a produção simples de mercadorias, ou produção autônoma, como "*o cultivo de hortaliças e frutas, a criação de pequenos animais, a montagem manual de brinquedos, a confecção de roupas, (...)*", não fazem parte da economia informal (SINGER, 1997, p. 9).

Coraggio, que opta pelo conceito de Economia Popular, escreve que este é diferente da economia informal por alguns critérios, aplicáveis tanto aos trabalhadores individuais quanto a determinados empreendimentos, ficando de fora somente o "*trabalho doméstico não mercantil*" (1996, p. 183). São eles: *atividade econômica ilegal; estabelecimentos de pequeno porte; tecnologia intensiva em mão-de-obra; baixa produtividade do trabalho; trabalho por conta própria, baixas receitas; comércio de rua, artesanato, serviço doméstico; baixa ou nenhuma capacidade de acumulação; predomínio das relações pré-modernas, como as relações de parentesco ou as de mestre e aprendiz; valores solidários etc*". Trata-se de "*um conglomerado ad hoc que não responde a nenhuma 'lógica' específica*" (1996, p. 183).

camadas populares. Portanto, o elemento novo que emerge, embora ainda não muito claro, é o de que, no horizonte do subsistema denominado Sócio-economia Solidária, estão todos os trabalhadores e trabalhadoras e não somente aqueles das camadas populares. Nesta perspectiva, a Sócio-economia Solidária amplia os agentes protagonistas da construção de uma nova racionalidade sócio-política-econômica e cultural, diferente, pois, das práticas tradicionais de Educação Popular, que se voltavam exclusivamente para as camadas populares. Desta forma, não se limitando aos segmentos mais despossuídos da sociedade, as práticas de Sócio-economia Solidária evidenciam a discussão atual acerca dos sujeitos que integram as práticas de Educação Popular hoje, como explicita Coraggio: são "*peças que não estão necessariamente organizadas em unidades e redes centradas na educação popular, (...) nem compartilham um mesmo projeto político (nem sequer uma mesma concepção de poder), (...)*" (CORAGGIO).

A pergunta que se faz, no entanto, é em relação ao tratamento que receberão os trabalhadores e trabalhadoras desempregados das ex-estatais que não estão dentro do que denominamos camadas populares ⁶⁶. O mesmo acontece em relação aos profissionais liberais que manifestem o desejo de integrar o subsistema Sócio-economia Solidária. Bastaria a eles formarem um empreendimento associativo ou mesmo individual e *entrar na rede*? Ou deveriam também ser acolhidos pelas instituições que atuam no apoio e assessoria a empreendimentos de Sócio-economia Solidária para também receber, além da capacitação técnica, a formação correspondente ao projeto de construção de uma nova racionalidade sócio-político-econômica e cultural? Nos textos analisados, não foram encontrados elementos que permitissem responder a esta questão.

Uma outra questão que se pode levantar é em relação aos trabalhadores e trabalhadoras das chamadas *massas falidas*: empresas que, decretado o processo de falência, são assumidas pelos trabalhadores. Muitas delas operam no mercado industrial. São mineradoras, metalúrgicas, fundições, cerâmicas etc. Também esses trabalhadores e trabalhadoras, a princípio, encontram-se dentro do público alvo da Sócio-economia Solidária. A pergunta, no entanto, é como essas grandes empresas de autogestão integram os conceitos e princípios da Sócio-economia Solidária. Ou seja, essa formulação teórica – Sócio-economia Solidária – atende também as demandas próprias de organizações mais complexas, ou corresponde tão-somente aos pequenos empreendimentos, cujas relações com o mundo da produção, gestão e

⁶⁶ O conceito de camadas populares adotado nesta dissertação encontra-se na página 56.

3. Conteúdo

Escreveu-se, na conclusão da segunda parte, que os empreendimentos de Sócio-economia Solidária podem constituir-se enquanto experiência de Educação Popular se, junto à sua estrutura e dinâmica econômico-empresarial, assegurarem práticas sócio-educativas de capacitação e formação integral dos trabalhadores e trabalhadoras que deles participam. Afirmou-se, também, que, enquanto a capacitação corresponde aos conhecimentos práticos destinados a habilitar os capacitandos no exercício de suas atribuições, como cursos técnicos profissionalizantes, capacitação para liderança, coordenação etc, a formação insere-se na produção de conhecimentos teóricos de compreensão e apropriação de suas múltiplas relações: consigo mesmo, com o outro e com a natureza. Na relação consigo mesmo, desenvolve questões relacionadas à auto-estima, à autoconfiança e ao sentimento religioso de cada um dos participantes, oportunizando momentos grupais de *vivências religiosas*. Na relação com o outro, situa-se não só o companheiro com os integrantes do grupo, mas com todos os demais trabalhadores e trabalhadoras. A solidariedade, nesta perspectiva, assume a dimensão de solidariedade de classe. Trabalha-se o conhecimento acerca do funcionamento da sociedade, para que saibam reconhecer aliados e não-aliados no momento de planejar as estratégias que julgarem próprias na luta por direitos e garantia de atendimento das suas necessidades.

Com exceção de Paul Singer, nos demais textos analisados fica bem evidenciada a preocupação dos autores em atribuir à Sócio-economia Solidária a dimensão de projeto, seja na perspectiva do desenvolvimento humano, seja na perspectiva do desenvolvimento econômico local. Daí, a insistência de autores como Coraggio e Arruda em destacar a importância da educação voltada ao desenvolvimento de disposições culturais novas, compatíveis com uma nova racionalidade sócio-política e econômica calcada na cultura de solidariedade. Isto significa dizer que não basta a apropriação coletiva dos meios de produção. A autogestão da produção é, sem dúvida, o elemento diferenciador dos empreendimentos de Sócio-economia Solidária em relação aos empreendimentos do modo de produção capitalista. No entanto, é preciso que esta autogestão seja entendida para além da propriedade coletiva dos meios de produção. Muitas experiências autogestionárias vem demonstrando que a linha entre esse tipo de organização da produção e a corrida pela concorrência estabelecida pelo sistema capitalista, é muito estreita. Daí, a necessidade de desencadear um processo formativo

ele, a solidariedade ou espírito solidário expressa-se pela *"soma dos recursos individuais, na democratização dos conhecimentos e das decisões; na convivência e na participação; e na qualificação e divisão técnica do trabalho"* (GAIGER, 1996, p.115). O autor escreve que é a divisão técnica do trabalho que assegura a compatibilização entre *"os critérios de eficiência e competitividade"* com o *"princípio de participação ou o caráter educativo dos projetos"* (Idem, 1996, p. 118). No entanto, o autor reconhece que tanto a divisão técnica quanto à divisão social são questões muito complexas. Sua sugestão é de que se reconheça a contribuição dos próprios trabalhadores, que muitas vezes conseguem articular as duas, obtendo as vantagens da divisão técnica sem reproduzir as desvantagens da divisão social (Idem, p. 101). É fundamental ter presente o que o autor escreve acerca de determinados conceitos, como comunidade e participação: *"A racionalização do trabalho e da produção aparece hoje como um passo incontornável, o que obriga a repensar certos conceitos veiculados entre os promotores desses programas em relação à primazia do comunitário e da participação igualitária"* (Idem, 1996, p. 118).

Portanto, ao constituir-se o **elemento central do projeto de Sócio-economia Solidária, a cultura solidária** confere aos empreendimentos uma dimensão sócio-educativa muito próxima do sistematizado acerca da discussão atual sobre a Educação Popular. Ou seja, a categoria cultura solidária é o tema gerador em torno do qual circulam todos os demais subtemas correspondentes ao tema, também gerador, do conteúdo que dimensiona uma prática sócio-educativa na perspectiva da Educação Popular, que é o tema das múltiplas relações humanas. É a partir desse tema gerador que pode ser trabalhado todo o processo de formação humana integral, entendida como o desenvolvimento da percepção e da consciência do trabalhador-empendedor acerca de suas múltiplas relações.

Assim, do tema gerador – múltiplas relações humanas – sairiam os subtemas a partir dos quais seriam trabalhados todos os conteúdos. São eles: a relação consigo mesmo, a relação com o outro e a relação com a natureza. Na relação consigo mesmo, estão os conteúdos relacionados ao conhecimento do eu, ao desenvolvimento da auto-estima e da autoconfiança, bem como ao potencial profissional de cada um dos participantes enquanto trabalhadores-empendedores.

Ainda dentro deste subtema - relação consigo mesmo - situa-se o sentimento religioso. Neste, os trabalhadores-empendedores são estimulados e orientados no sentido de se auto-oportunizarem *experiências religiosas*. Celebrar a vida pessoal e do grupo. Celebrar a caminhada e festejar os êxitos e as conquistas. Além disso, dentro dessa dimensão, cultivam-se e semeiam-se a alegria e a utopia, o sonho individual e o sonho coletivo. O sonhar com o

trabalho e também relação trabalhador-capital. Entende-se, pois, que o aspecto não-alienante ou, se pretender, emancipador, consiste não só na apropriação do processo de produção-trabalho e propriedade coletiva dos meios de produção - que pertencem a ele e seus companheiros e companheiras - mas também na apropriação dos resultados aqui obtidos, que deixam de pertencer a um único proprietário, passando a ser dos próprios trabalhadores organizados coletivamente. É neste sentido que é concebido o trabalho enquanto gerador de riquezas.

Ainda em relação à humanização no e pelo trabalho, um outro fator considerado é em relação ao respeito às diferenças pessoais de cada trabalhador-trabalhadora. Isto exige um processo lento de formação; um processo que trabalhe a compreensão de que existem aptidões físicas e psicológicas que se diferenciam de pessoa para pessoa. Aceitar e trabalhar esta compreensão é uma tarefa difícil, mas imprescindível numa atividade coletiva e autogestionária de geração de trabalho e renda. Daí, mais uma vez, a necessidade de os promotores e/ou assessores que atuam na área da Sócio-economia Solidária, perceberem que a remuneração pelo trabalho necessariamente não tem que ser única, igual pra todos. Trata-se, esta, de mais uma questão a ser discutida e definida pelo grupo. Uma definição que deve levar em conta tanto às possibilidades econômicas do empreendimento quanto às particularidades de cada trabalhador e de cada função como, por exemplo, aquelas de especialistas ou de técnicos altamente qualificados.

III - Consciência e vivência ecológica, concebidas como reflexo do comprometimento com a justiça social. Isto significa que um projeto de re-educação e construção de uma nova lógica de relacionamento sócio-político-econômico e cultural deve, necessariamente, transcender às relações dos seres humanos entre si, devendo ter presente também a dimensão ecológica. A sustentabilidade do ser humano depende da sustentabilidade do ecossistema, e vice-versa.

Por último, o subtema relação com a natureza. O sistema capitalista explora muito bem esta questão, ainda que nem sempre no sentido positivo. No caso da Sócio-economia Solidária, significa desenvolver a consciência e a sensibilidade com a questão ambiental e os grandes temas ecológicos. Trata-se de uma relação imposta pela necessidade da espécie humana de garantir as condições para sua sobrevivência.

Seguindo a reflexão acerca da dimensão sócio-educativa dos empreendimentos de Sócio-economia Solidária, tem-se a capacitação, que é a outra face desses empreendimentos na perspectiva da Educação Popular. Ainda que nos textos estudados não apareçam de forma precisa todas as questões fundamentais a serem consideradas e observadas nos programas de incubagem e/ou formação de empreendimentos de Sócio-economia Solidária, na capacitação

mando e da obediência, da reivindicação, da delegação e, portanto, da dependência. Superar esta cultura não é tarefa fácil. Implica num processo lento, num processo de formação permanente. Um processo educativo que utilize metodologias adequadas; metodologias que possibilitem a sensibilização e a criação de predisposições para a construção da cultura solidária já no próprio processo de formação.

De modo geral, há muita aproximação das metodologias que vêm sendo adotadas na formação e capacitação de trabalhadores-empresendedores com os pressupostos e procedimentos metodológicos em torno da Educação Popular. Sem nomear esta ou aquela, cita-se os principais pontos:

- * O trabalhador/trabalhadora é concebido como sujeito de sua própria história. Os assessores aparecem como facilitadores do processo educativo. Neste sentido, desempenham o papel de colaboradores na construção dos conhecimentos de que os educandos (trabalhadores-empresendedores) necessitam para o exercício da atividade econômica associativa e autogestionária.
- * O ponto de partida é sempre o conhecimento e o nível de discernimento dos participantes.
- * A autogestão, além de constituir o princípio norteador de todo o processo educativo, é trabalhada para proporcionar aos novos empresendedores os conhecimentos de que necessitam para organizar e participar efetivamente de processos de decisão, planejamento, execução, avaliação e apropriação dos resultados do empreendimento, exercitando, desta forma, a democracia.

Neste sentido, as metodologias de capacitação-formação e assessoria em Sócio-economia Solidária possibilitam aos seus beneficiários os conhecimentos de que precisam para:

- * Criar estratégias de comunicação para socialização das informações.
- * Construir, distribuir e executar as decisões no e pelo grupo.
- * Planejar suas atividades, evitando que decisões isoladas e imediatas sejam tomadas por parte ou mesmo por todo o grupo.
- * Auto-avaliar-se permanentemente. Esta auto-avaliação não é somente a do grupo, mas também de cada um dos seus integrantes.

Outro ponto da metodologia de Educação Popular evidenciado nas metodologias de capacitação-formação em Sócio-economia Solidária é em relação à pedagogia da participação, da aprendizagem ativa. A partir de situações concretas são criadas as condições para que o coletivo assuma sua própria formação, atuando e pressionando cada um dos participantes no sentido de provocar as mudanças de comportamentos pessoais necessárias ao trabalho

entre as pessoas que integram um empreendimento e destas com outras (familiares, vizinhos, trabalhadores e trabalhadoras de outros empreendimentos e, acima de tudo, outros desempregados). É a maneira, a metodologia como esse conhecimento é produzido pelo grupo, que assegura a possibilidade de as pessoas optarem por um projeto amplo de emancipação sócio-político-econômica e cultural, tanto no nível micro (individual e até mesmo familiar) quanto no macro.

Porém, ainda que essas questões sejam trabalhadas e superadas pelos empreendedores solidários, continua em aberto outra questão de fundo, explicitada já no projeto desta dissertação. Esses empreendimentos conseguirão viabilidade econômica dentro do sistema capitalista? A hipótese apresentada no estudo para esta questão é a de que não há possibilidade, a menos que se estabeleçam novas estratégias de produção e comercialização que não dependam exclusivamente do mercado capitalista. Isso implica que esses empreendedores busquem estabelecer relações empreendedoras e solidárias com empreendimentos estruturados nos mesmos princípios. A alternativa poderá estar na construção de uma estratégia que potencialize comercialmente esses empreendimentos sem que dependam exclusivamente do mercado consumidor capitalista, isto é, que se crie estratégias de produção e comercialização fora da dinâmica da livre concorrência imposta pelo sistema vigente, cujos produtos e serviços são fetichizados pela mídia como expressão do *"bem viver"*. Esta alternativa já vem sendo ensaiada nas chamadas Redes de Trocas (Rio de Janeiro), Redes de Colaboração Solidária (Curitiba)⁶⁷, Clubes de Trocas (Buenos Aires, Argentina), e outras experiências espalhadas pelo mundo. Trata-se, no entanto, de uma questão que merece ser acompanhada e estudada.

⁶⁷ As Redes de Colaboração Solidária vêm sendo trabalhadas por Euclides André Mance. Segundo este autor, o conceito de Colaboração Solidária é mais amplo do que o de Economia ou Sócio-economia Solidária. Para saber mais sobre as Redes, leia "A Revolução das Redes", de Euclides André Mance, publicado pela Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 2000. Trata-se de uma das melhores sistematizações, se não a melhor ou mesmo única, sobre redes de Sócio-economia Solidária.

- BRANDÃO, C. R. *Educação Popular*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense; 1986.
- _____. *Saber e Ensinar*. Campinas: Papirus; 1984.
- _____. *Pensar a Prática*. São Paulo: Loyola; 1984b (Coleção Educação Popular nº 1)
- CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas: Estratégia para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 1998.
- CERVO, A. L. & BERVIAN, P. A. *Metodologia Científica*. 3ª ed. São Paulo: Makron Books do Brasil, 1983.
- COGGIOLA, Osvaldo & KATZ, Cláudio. *Neoliberalismo ou Crise do Capital?* São Paulo: Xamã, 1996.
- CORAGGIO, José Luis. *Alternativas para o Desenvolvimento Humano em um Mundo Globalizado*. Rio de Janeiro: FASE - Revista proposta, nº 72; Março/Maio de 1997, pp. 30-38.
- _____. *Desenvolvimento Humano e Educação*. São Paulo: Cortez & Instituto Paulo Freire; 1996
- CORIAT, Benjamin. *Automação Programável: Novas Formas e Conceitos de Organização da Produção*. In: SCHMITZ, Hubert & CARVALHÔ, Ruy de Quadros (Orgs.) *Automação, Competitividade e Trabalho: A Experiência Internacional*. São Paulo: Hucitec; 1988.
- COSTA, Beatriz. *Para analisar uma prática de educação popular*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes/NOVA; 1982 (Cadernos de Educação Popular nº 1).
- _____. *Produção associada: pensares diversos*. Cadernos de Educação Popular nº 15. Petrópolis: Vozes/NOVA; 1989
- DEMO, Pedro. *Cidadania Tutelada e Cidadania Adquirida*. Campinas: Autores Associados. 1995.
- DIAS, José Fernandes. *Produção Comunitária: A Utopia Concreta* - Texto escrito para o Seminário sobre Planejamento realizado pela Cáritas Brasileira - Regional RS, Passo Fundo, RS, 16 e 17/11/90; Mimeo.
- Enciclopédia do Mundo Contemporâneo* [tradução de Jones de Freitas, Japiassu Búcio, Renato Aguiar].- São Paulo: Publifolha; Rio de Janeiro: Ed. Terceiro Milênio, 1999.
- FASHEH, Munir. *Cisjordânia: Aprendendo a Sobreviver*. In: POSTER, C. & ZIMMER, J. (Orgs.) *Educação Comunitária no Terceiro Mundo*. Campinas: Papirus; 1995 (Série Educação Internacional do Instituto Paulo Freire).
- FREIRE, Paulo. *Debate com Paulo Freire*. In Instituto Pichon-Rivière de São Paulo. O processo educativo segundo Paulo Freire e Pichon-Rivière. Petrópolis: Vozes; 1987.

- (Orgs.). *Educação Comunitária e Economia Popular*. São Paulo: Cortez, 1993 (Coleção Questões de Nossa Época).
- JARA, Oscar. *El reto de teorizar sobre la práctica para transformarla*. In: GADOTTI, M. & TORRES, C. A. (Orgs.). *Educação Popular: utopia latino-americana*. São Paulo: Cortez/Edusp; 1994.
- KOSÍK, K. *Dialética do Concreto* (2º ed). Rio de Janeiro, RJ. Paz e Terra, 1976
- KRUPPA, Sônia Portela. *Metodologia de Incubagem: Formação de Equipe e de Cooperativas*. São Paulo: USP. Setembro de 1999 (Mimeo).
- LARA, Chico. *Comentários sobre o Resumo dos trabalhos sobre Conceitos*. In: Carta Brasil da Aliança por um Mundo Responsável e Solidário. Rio de Janeiro: PACs. nº 6, setembro de 1998.
- LISBOA, Armando de Melo. *Desordem do Trabalho, economia popular e exclusão social: Algumas considerações*. Florianópolis; 1998; Mimeo.
- MARCONI, M.de A. & LAKATOS, E. M. *Técnicas de Pesquisa*. 3ª ed. São Paulo: Atlas; 1996.
- MOURA, Cláudia. *Eficiência e Flexibilidade: O método se adapta a diferentes realidades*. Entrevista concedida à Revista Proposta, Nº 63 Dezembro de 1994; Rio de Janeiro: FASE. (pp.69-71).
- NUÑEZ S., Orlando. *La Economía Popular Asociativa y Autogestionária*. Managua/Nicarágua: Cipres; 1996.
- PAIVA, Vanilda P. *Educação Popular e Educação de Adultos*. 5ª ed. São Paulo: Loyola, 1987.
- Projeto Banco do Nordeste/PNUD. *O que Entendemos por Capacitação? Fundamentos e Considerações para a Prática*. Série Cadernos Técnicos nº 3. Recife; 1998.
- RAZETO, Luis. *Economia de Solidariedade e Organização Popular*. In: GADOTTI, M. & GUTIÉRREZ, F. (Orgs.) *Educação Comunitária e Economia Popular*. São Paulo: Cortez, 1993 (Coleção questões de nossa época; v. 25)
- _____. *Los caminos de la economía de solidaridad*. Chile: Vivarium, 1993b.
- _____. "O papel central do trabalho e a economia de solidariedade", Revista Proposta, nº 75; Dez/Fev. 1997.
- RIFKIN, Jeremy. *O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho*. Tradução de Ruth Gabriela Bahr. São Paulo: Makron Books; 1995.
- RODRIGUES, Daniel Alvares. *Escola Quilombo dos Palmares uma experiência de educação*

- VALLA, Victor Vicente. *Apoio Social e Saúde: buscando compreender a fala das classes populares*. In COSTA, Marisa V. (Org.). *Educação Popular Hoje*. São Paulo: Loyola; 1998.
- VANNUCCHI, Aldo (Org.). *Paulo Freire ao vivo: gravação de conferências com debates realizadas na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba (1980-1981)*. São Paulo: Loyola, 1983.
- WANDERLEY, Luiz Eduardo: *Apontamentos sobre Educação Popular*; in: *Cultura do povo*, Ed. Cortez e Moraes/Educ, São Paulo, 1979.